



Qualis B4 ISSN: 2675-0236

ARTIGO

Listas de conteúdos disponíveis em [DOAJ](#)

Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social



A ascensão da Extrema Direita: uma crise civilizatória?

The Rise of the Far Right: A Civilizational Crisis?

ARK: 69772/ppds.v7i14.1461

Recebido: 09/06/2025 | Aceito: 10/07/2025 | Publicado on-line: 15/07/2025

Alejandro Gabriel Olivieri¹

<https://orcid.org/0000-0002-7398-7905>

<http://lattes.cnpq.br/1921746316087755>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: aleoli61@gmail.com

Gustavo Javier Castro²

<https://orcid.org/0000-0002-7639-0514>

<http://lattes.cnpq.br/1091127369557989>

Centro Universitário Processus, UniProcessus, DF, Brasil

E-mail: gustavo@institutoprocessus.com.br



Resumo

O artigo questiona se a crise estrutural do capitalismo atual, da democracia liberal, do Estado de direito e da representatividade política não é, fundamentalmente, uma crise ainda mais profunda que envolve crenças filosóficas e civilizacionais que guiaram a cultura ocidental. Analisa-se a nova extrema direita como expressão do pensamento político reacionário, diferenciando-o do conservadorismo e do progressismo na história das ideias políticas. A seguir, examina-se a política como carnaval e o populismo de extrema direita no mundo contemporâneo. Frisa-se o papel das mídias sociais e a lógica das bolhas digitais no desaparecimento de uma cultura e de uma prática política democrática e plural. Por último, analisa-se a relação entre os impasses da democracia atual, o impacto da tecnologia digital e o ressentimento social, como caldo de cultura para a emergência da extrema direita.

Palavras-chave: Ascensão. Extrema Direita. Crise civilizatória.

Abstract

The article questions whether the current structural crisis of capitalism, liberal democracy, the rule of law, and political representation is, fundamentally, a deeper crisis involving the philosophical and civilizational beliefs that have guided Western culture. It analyzes the new far right as an expression of reactionary political thought, distinguishing it from conservatism and progressivism in the history of political ideas. Next, it examines politics as carnival and far-right populism in the contemporary world. The role of social media and the logic of digital bubbles in the disappearance of a democratic and plural political culture and practice is emphasized. Finally, the article

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília? UnB (2009), Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina? UFSC (1995), Bacharel em Filosofia pela Universidade de Buenos Aires? UBA (1985).

² Possui graduação em Filosofia - Pontifícia Universidad Catolica de Valparaiso (1987), mestrado em Ciência Política pela Pontifícia Universidad Catolica de Chile (1991), mestrado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (1993) e doutorado em Sociologia pela Universidade de Brasília (2008).

analyzes the relationship between the current democratic deadlocks, the impact of digital technology, and social resentment as the cultural breeding ground for the emergence of the far right.

Keywords: Rise. Far Right. Civilizational Crisis.

1.Introdução

No debate atual sobre porque a extrema direita tem conseguido chegar ao poder em diversos países -Hungria, Itália, Brasil, Estados Unidos, Argentina, El Salvador, entre outros-, podemos encontrar múltiplas explicações. O declínio da ordem liberal internacional, a fragilidade da democracia liberal e do Estado de direito, o surgimento das denominadas “democracias iliberais”, a atuação política das redes sociais, o poder e os vieses de autoconfirmação dos algoritmos, são, de fato, elementos centrais a serem considerados nas avaliações em curso.

No entanto, acreditamos que há uma questão ainda mais profunda em jogo, que envolve aspectos *filosóficos* e *civilizacionais*. Se observarmos atentamente, algumas ideias, conceitos e, mais ainda, certas *crenças* norteadoras que fundamentaram o que se denomina “civilização ocidental” estão em crise. E falamos de crenças porque, ao que tudo indica, estamos diante não apenas de uma crise da democracia liberal ou do Estado-nação ou do capitalismo industrial avançado, mas de uma *crise civilizatória*. A hipótese deste artigo assinala que é a partir dessa crise civilizatória mais ampla e profunda que emergem e se consolidam todas as outras.

Falamos em “crenças” porque uma civilização só se constitui como tal na medida em que certas crenças se tornam hegemônicas. Se pensarmos, por exemplo, na civilização grega -matriz da nossa própria civilização-, vemos claramente que crenças específicas (a razão, a democracia, o respeito à lei etc.) estruturam aquele mundo. Da mesma forma, naquilo que chamamos de civilização ocidental -cristã ou judeu-cristã- há uma crença fundamental que possibilita seu surgimento: *a crença na razão* como fonte privilegiada da compreensão do mundo, tanto natural como sociocultural.

A civilização ocidental nasce, em parte, quando se abandona a ideia de que fundamentos divinos ou mágicos são os únicos capazes de explicar o mundo. Essa crença é substituída pela noção de que os seres humanos possuem uma capacidade, a razão, que na visão aristotélica caracteriza sua *diferença específica* no mundo dos seres vivos, e que nos permite conhecer o mundo não como mistério, mas como ordem: um *cosmos*, em grego. (Burnet, 2007)

Temos, portanto, dois pilares: um mundo ordenado (*cosmos*) e uma capacidade racional (*logos*) que o compreende. A partir dessa combinação, vemos o nascimento -a aurora- do Ocidente. Pode parecer que estamos nos afastando do tema, mas é exatamente esse *fundamento racional* que sustenta toda a construção civilizatória ocidental até hoje. A razão não apenas fundamenta a ciência e a tecnologia -e com isso a Revolução Industrial e o capitalismo-, como também é a base da organização política cifrada na crença no Estado-nação. A razão dá origem à ideia de *lei*, que vem substituir uma organização social baseada exclusivamente na arbitrariedade da força e na violência.

Essa é a causa da morte de Sócrates. Ele escolhe não fugir da pena que lhe foi imposta pela *polis* ateniense, porque passou a vida inteira lutando pela instauração e o respeito da lei vigente. E, ao aceitar a sentença, diz que não trairia sua trajetória em defesa da razão. A lei, nesse contexto, é a razão institucionalizada. Quando

levamos nossos conflitos à justiça, o que está em jogo não é apenas a norma, mas o predomínio da *argumentação* sobre a violência. (Platão, 1997)

Esse caminho civilizatório, trilhado por cada um dos grandes filósofos políticos, - desde a antiguidade greco-latina até a modernidade- culmina em Montesquieu, quem leva essa lógica racional ainda mais longe ao propor um arcabouço político/institucional baseado na separação dos poderes. Em sua visão, qualquer cidadão -esteja no topo ou na base da pirâmide social- deve ter acesso à razão argumentativa, quer dizer, à palavra na esfera pública e ao direito de defesa.³

Segundo nossa análise, o que estamos presenciando e vivendo hoje é uma *negação e abandono dos pilares civilizatórios* que temos construídos: a *igualdade* (todos são iguais perante a lei), a *liberdade* (no sentido de o cidadão limitar o poder do Estado) e a *solidariedade* (ou fraternidade, como formulado na Revolução Francesa). Esses três valores e sua encarnação institucional -igualdade, liberdade e fraternidade- são o produto dessa longa construção racional e política da cultura ocidental. Se pensarmos bem, líderes políticos como Trump, Orbán, Bolsonaro, Milei e Bukele, dentre outros, estão, no fundo, questionando se todos somos realmente iguais perante a lei, se a liberdade deve valer igualmente para todos e se certos grupos humanos merecem ou não compaixão e reconhecimento. Por isso, a crise que vivemos não é apenas política, é, acima de tudo, filosófica e civilizatória. (Olivieri, Castro & Palma, 2020 a)

2.Diferenças filosóficas entre o pensamento político reacionário, o conservador e o progressista⁴

Há um outro ponto importante no debate político atual que se relaciona como o assinalado anteriormente: o que significa ser *conservador*, o que significa ser reacionário e o que significa ser *progressista*. Esse debate teórico, com uma forte presença na história das ideais políticas, tanto no âmbito da filosofia política, como o da ciência política, cobrou maior relevância na atualidade pela emergência das ideias políticas das diversas extremas direitas.

Muitos ideólogos da extrema direita atual afirmam que estão fazendo uma revolução, enfrentando um “conservadorismo” sustentado em valores que eles consideram ultrapassados, por exemplo, a defesa da igualdade, liberdade, solidariedade. E, por esse motivo, faz sentido sua autodeclaração como “revolucionários”.

João Pereira Coutinho faz uma distinção conceitual entre pensamento conservador e pensamento reacionário. Segundo ele, o pensamento reacionário não é simplesmente uma vertente do conservadorismo, mas sim uma ideologia com características próprias e, muitas vezes, *oposta* ao conservadorismo liberal. O reacionário busca restaurar um passado idealizado, como se houvesse um estado de perfeição perdido. Essa visão é marcada por uma nostalgia política que transforma o passado em modelo absoluto para o presente.

Ao contrário do conservador, que trabalha com o que é possível no presente, o reacionário vê o presente como decadente ou corrompido. Isso leva a uma postura de ruptura, muitas vezes radical, com as instituições atuais. O impulso *revolucionário invertido* é a marca central do reacionarismo já que, embora se oponha às revoluções

³ Essa concepção é o que posteriormente abrirá caminho para a inclusão dos diversos direitos das minorias raciais, de gênero etc.

⁴ Faremos nesse apartado apenas um apanhado superficial das diferenças entre essas três formas de ideologias políticas. Uma exposição mais aprofundada requereria um trabalho posterior. Gostaríamos de frisar que essas distinções conceituais são essenciais na análise do cenário político contemporâneo, mas bastante pouco consideradas nos debates atuais ao ponto de identificar muitas vezes -especialmente no Brasil- o *pensamento político reacionário* com o *conservadorismo*, embora sejam, como mostraremos aqui, conceitualmente muito diferentes.

progressistas, o reacionário compartilha com elas o desejo de transformação total, só que voltada para trás.

Coutinho aponta que o reacionário, assim como o revolucionário, é movido por uma *utopia*, mas voltada ao passado. Há nessa vertente política uma clara rigidez ideológica que o leva a ser inflexível, recusando o pluralismo e a negociação, o que implica uma crença em verdades absolutas indiscutíveis e uma desconfiança profunda da democracia liberal. (Coutinho, 2014) É curioso perceber como o discurso e a prática política da extrema direita atual se apropria dessa linguagem do progresso, da esperança e da alegria, enquanto, paradoxalmente, desmonta os fundamentos humanistas da civilização ocidental.

Pelo contrário, o conservadorismo pertence a uma estirpe filosófica *cética, pluralista e reformista*, e se opõe tanto ao radicalismo progressista revolucionário quanto ao reacionarismo nostálgico do extremismo reacionário. O conservador, nessa lógica, é um *pessimista filosófico e político*, que teme que a mudança revolucionária traga uma sociedade muito pior que a atual. Para pensadores conservadores como Edmund Burke, Isaiah Berlin e Michael Oakeshott, o conservadorismo é uma *disposição política* mais do que uma ideologia fechada.

O conservadorismo político é cético quanto à razão absoluta e, por isso, desconfia de projetos políticos baseados em racionalismos abstratos, pois reconhece os limites da razão humana e valoriza a experiência histórica. A tradição é vista como um “teste do tempo”, um acúmulo de sabedoria prática. Mudanças devem respeitar o que foi construído ao longo das gerações.

Em suma, o conservador não busca utopias, mas soluções possíveis e prudentes, e as reformas são bem-vindas, desde que graduais e testadas. Tanto revoluções quanto reações extremas são vistas como perigosas. O conservadorismo é antiutópico e antirrevolucionário, pois acredita que a busca por perfeição política leva à destruição. A política deve ser feita com negociação pluralista, não com imposição de verdades absolutas, pois aceita a diversidade de opiniões. (Coutinho, Ponde e Rosenfield, 2012).

O progressista, por sua vez, é um *otimista filosófico e moral* que acredita que é possível melhorar a sociedade em seu conjunto de maneira radical em busca por justiça social. O progressismo tende a priorizar valores como igualdade, liberdade e justiça, especialmente em contextos de exclusão ou opressão, defendendo que há momentos em que a igualdade deve prevalecer sobre a liberdade, dependendo das circunstâncias. Os progressistas são favoráveis a transformações sociais e políticas, muitas vezes em ritmo acelerado, por isso são revolucionários, colocando a utopia num futuro próximo (a diferença dos reacionários). Essa disposição revolucionária também o diferencia do conservadorismo, que prefere mudanças graduais e testadas.

Há uma confiança na *razão* e no *progresso moral*, já que o pensamento progressista costuma acreditar na capacidade humana de melhorar a sociedade por meio de reformas e avanços científicos, sociais e culturais, o que, de fato, gerou conquistas importantes do ponto de vista civilizacional. Há uma defesa do *universalismo moral*, o que o conduz a defender *direitos universais*, baseados nas *diferenças*, como os direitos das mulheres, das minorias raciais e da comunidade LGBTQ+. Essa postura é vista como essencial para corrigir injustiças históricas.

3. A extrema direita atual como ideologia política reacionária

No entanto, essas oposições só fariam sentido se a sociedade fosse estática. Ora, *a sociedade é histórica e sempre está em construção*. Seguindo um pensamento de origem heideggeriano, nada está a “salvo” ou dado de antemão. Tudo é resultado do tempo e da história. Portanto, não se trata de conservar algo que “é” para ir a algo que “será”, mas de escolher constantemente o caminho da construção ou da destruição. A imagem mais adequada talvez seja a da corda bamba sobre o abismo nietzscheana: estamos sempre caminhando sobre ela. Podemos escolher o caminho do progresso humano, do aperfeiçoamento civilizatório e, nesse sentido, seremos progressistas, ou, pelo contrário, podemos cair, nos autodestruir, e regredir como humanidade.

A tricotomia reacionário/conservador/progressista só faz sentido, portanto, se entendida à luz da história como construção. Ser progressista, nesse contexto, é optar por construir um futuro mais humano. E esse é o *verdadeiro otimismo* que precisamos resgatar -aquele que acredita que vale a pena construir uma sociedade baseada na razão, nos direitos, na solidariedade e na justiça: em suma, um otimismo realmente humanista, com pitadas cétricas conservadoras ao reconhecer as incertezas da história. É isso que está em disputa hoje. Não apenas um debate sobre a crise da democracia como regime político ou as características reacionárias dos governos de direita atuais, mas os próprios *fundamentos da nossa civilização*.

Nosso ponto de partida teórico considera que a extrema direita atual pertence a *tradição política reacionária* e não à conservadora. Ao contrário do conservadorismo clássico, que é essencialmente *antirrevolucionário* e defende mudanças lentas, graduais -reformas incrementais- e respeitadas dos costumes sociais e morais existentes, o reacionarismo se apresenta como *revolucionário* -uma *revolução* às avessas, que deseja restaurar uma ordem *idealizada* do passado derrubando para isso a ordem existente.

A crítica que o filósofo político conservador Edmund Burke faz à Revolução Francesa é ilustrativa: ele temia os efeitos de um racionalismo abstrato revolucionário-que ignorava os usos e costumes sobre os quais a sociedade se funda. O conservadorismo, como tradição política, reconhece a importância da razão, mas valoriza, sobretudo, a experiência histórica concreta e a continuidade institucional.⁵

Por isso, a extrema direita atual não pode ser assimilada ao conservadorismo político. Ela se reivindica como *revolucionária*, embora ligada a tradição reacionária. E isso tem precedentes históricos: os reacionários sempre foram revolucionários, no sentido de que pretendem destruir a ordem vigente para reinstaurar uma suposta ordem perdida. O futuro, para eles, está no *passado*. Nessa perspectiva os torna essencialmente *antimodernos*. O ideal da modernidade, com todas as críticas que se pode fazer a ela desde um ponto de vista decolonial, é, antes de tudo, uma aposta na *razão como motor da história*.⁶

A extrema direita contemporânea, ao contrário, nega essa racionalidade crítica como guia do discurso e da prática política. Por isso, ataca diretamente os espaços em que essa razão se manifesta com maior densidade: a universidade, os intelectuais, o jornalismo profissional etc. Os discursos e práticas políticas concretas de Bolsonaro, Trump, Milei, Orbán, entre outros, colocam a universidade, os intelectuais em geral e os jornalistas como *inimigos*, porque eles encarnam o projeto civilizatório da razão

⁵ Autores como Popper, um dos mais importantes filósofos conservadores-liberais do século XX, reforçam essa ideia: a mudança social deve ser incremental, e não disruptiva. (Popper, 2012)

⁶ Mesmo os críticos da modernidade iluminista, de Marx até a Escola de Frankfurt e Habermas, propuseram alternativas a partir de uma razão *emancipatória*, seja ela dialética, comunicativa ou histórica.

crítica, da ciência, da tecnologia e da justiça social. Em outras palavras, a universidade como instituição crítica representa o ponto máximo de um projeto civilizacional iluminista ou pós-iluminista. Ao colocá-la na mira da “guerra cultural”, a extrema direita não deslança apenas uma ação contra o pensamento progressista, mas contra a própria *infraestrutura racional do Ocidente*.

O sociólogo polonês contemporâneo Zygmunt Bauman, em seu livro *Retrotopia*, descreve bem esse movimento: estamos em presença do retorno de utopias que, ao invés de projetarem um futuro melhor, buscam restaurar um passado idealizado. Ao contrário das utopias renascentistas (como em Thomas Moro, Nicolas Campanella e Francis Bacon), que, ao criticar a situação injusta do presente, olhavam para um futuro revolucionário, as utopias atuais da extrema direita são *retrotopias*, porque criticam o presente olhando revolucionariamente para o passado.⁷ (Bauman, 2017)

As retrotopias contemporâneas são tipicamente reacionárias. Por isso não podem ser assimiladas ao pensamento político conservador, que ainda se inscreve no campo da razão e das instituições modernas. Os conservadores de hoje são modernos, no sentido hegeliano: são os que defendem as instituições políticas que encarnam a *razão objetiva*, como o Estado democrático de direito, a divisão de poderes e os direitos fundamentais.⁸

Assim, as utopias da extrema direita contemporânea são, no fundo, a negação da razão como guia do debate político. Ela substitui o argumento pela força, a convivência pacífica pelo conflito permanente, a compaixão pela violência. O conflito, nesse modelo, não é resolvido pelo *diálogo democrático*, mas pela *eliminação do outro*. Trata-se de uma lógica calcada no darwinismo social, que exalta e justifica a sobrevivência do mais forte. Essa visão política reacionária sustenta, ainda que de forma implícita, uma crítica à civilização ocidental moderna como um desvio da natureza humana. Retorna-se a um imaginário naturalista-biologista do século XIX, onde a solidariedade, a igualdade e a compaixão seriam sinais de fraqueza ou decadência da espécie.⁹

Na prática, essa ideologia reacionária legitima a *violência* e o *conflito permanente*, que se tornam hoje o eixo norteador de toda ação política. A política não se orienta mais pela busca de consensos e pelo diálogo entre diferentes e adversários, característica central da cultura e política democráticas, mas pelo confronto permanente e violento, não onde um adversário deve ser convencido, mas um *inimigo* que é percebido como um *obstáculo a ser eliminado*. A extrema-direita não pretende conter o conflito: ela se *alimenta* dele. Seu combustível é a polarização. Essa lógica, inspirada fundamentalmente no filósofo alemão Carl Schmitt, estrutura *todo* o populismo contemporâneo, inclusive o denominado “populismo de esquerda”, que retoma e defende o antagonismo amigo/inimigo. (Panizza, 2009)

A chamada “guerra cultural”, conceito inspirado numa leitura reacionária do filósofo marxista italiano Antônio Gramsci feita pelos teóricos políticos reacionários atuais, é a manifestação explícita dessa mentalidade. Ela é central no discurso da extrema direita global e sinaliza, como assinalamos no começo, que estamos diante

⁷ O Trumpismo com a narrativa do *Make American Great Again* (MAGA), o bolsonarismo com a “revolução” de 1964 e o mileísmo com a “Grande Argentina” do final do século XIX e início do século XX, são bons exemplos que ilustram esse olhar utópico retrô.

⁸ O filósofo alemão Hegel, ao refletir sobre o “espírito objetivo”, afirma que a liberdade se realiza nas instituições políticas modernas, quer dizer, se objetiva nelas. A razão se encarna nessas estruturas e, portanto, destruí-las é negar o próprio caminho -do espírito absoluto- da história da liberdade na modernidade.

⁹ Essa leitura encontra ressonância em visões muito distorcidas do pensamento de Nietzsche, sobretudo nas obras de Spengler e nos discursos pseudocientíficos da década de 1930, especialmente no nazifascismo.

de um *conflito civilizacional*, e não meramente político ou ideológico. É uma disputa pelas crenças fundamentais e pelos valores que definem o que é o Ocidente.

Em suma, esse é talvez o maior desafio que enfrentamos hoje: muitos ainda não compreenderam a gravidade do que está em jogo. Não se trata apenas de uma crise política e institucional, mas de uma crise das crenças que sustentam a civilização ocidental moderna. Uma resposta à altura desse desafio deve ser guiada por uma proposta no âmbito *cultural e democrático*. As instituições democráticas liberais - construídas com base na razão, na ciência, no direito e na dignidade humana - precisam ser *redefinidas*, mas com consciência do novo terreno *simbólico* em que a disputa ocorre. A resposta não será meramente institucional ou partidária: será *filosófica, cultural, pedagógica*, quer dizer, *civilizatória*.

4. A política como carnaval: mídias sociais e populismo no mundo contemporâneo

No livro *Os Engenheiros do Caos*, Giuliano Da Empoli descreve as novas formas do poder político e uma mudança sistemática que tem ocorrido nas suas concepções e práticas com a ascensão da extrema direita em todo o mundo.¹⁰ (Da Empoli, 2024)

A administração e direcionamento do ódio são fundamentais para essa nova extrema-direita, e isso está profundamente ligado às novas tecnologias de informação e comunicação. As mídias sociais ou redes sociais concederam de fato voz a muitos cidadãos que antes não a tinham. Essa capacidade de comunicação instantânea, horizontal e ubíqua foi essencial nas denominadas “revoltas populares” iniciadas em 2011 ao redor do mundo. Embora diferentes em suas motivações, esses “movimentos em rede” também emergiram através das redes digitais. (Castells, 2017) Da Empoli tenta oferecer uma resposta à pergunta que já nos fizemos à época: para onde foi canalizada toda aquela energia e raiva? (Olivieri e Castro, 2020 b)

Segundo o autor, surge um grupo de especialistas em tecnologia e mídias sociais -profissionais inicialmente fora da política- que passam a aplicar seus conhecimentos técnicos para sustentar lideranças *outsiders* das instituições políticas tradicionais com o objetivo de criar movimentos populistas que irão concorrer na corrida eleitoral. Utilizando métricas, algoritmos e estratégias de engajamento, acabam canalizando o descontentamento social para uma política de extrema-direita, ainda que não tenham iniciado com essa intenção.

Na *Introdução* ao livro, Da Empoli recorre à metáfora do carnaval, inspirando-se em Bakhtine: o carnaval seria um momento em que a sociedade se inverte, as hierarquias se suspendem, as normas se diluem. O autor propõe que vivemos, politicamente, um carnaval permanente: o *carnaval como metáfora política*. Há uma face sombria nesse processo: o ressentimento, a violência e a subversão das instituições tradicionais. Ele argumenta que essa lógica carnavalesca, que emergiu na Idade Média e se desenvolveu no Renascimento (sobretudo na Itália), oferece uma lente para compreender o presente na medida que o grotesco, o exagerado e o escandaloso tornam-se a norma de convivência social e política, mas *agora* em tempos da relações sócio-políticas cotidianas.

Segundo o autor, os poderes não conseguiram, ao longo do tempo, se liberar de forma completa do Carnaval e seu espírito subversivo. E, no mundo atual, reapareceu, nas sátiras dos shows de TV e nos ataques dos *trolls* na internet, dentre outros. Entretanto, o espírito carnavalesco, hoje, deixou as margens da crítica política

¹⁰ O autor traça uma comparação com as décadas de 1920 e 1930, anterior à ascensão do nazismo, embora reconheça diferenças importantes em relação à situação presente.

que teve na modernidade para se deslocar ao centro e se constituir como o *novo paradigma* da vida política global. Em outras palavras, o crescimento dos populismos tomou a forma de uma dança frenética que atropela e vira do avesso todas as regras estabelecidas do jogo político tradicional.

A incompetência, os vícios e as consequências das lideranças populistas atuais, aos olhos dos seus seguidores e eleitores, mutam em qualidades positivas, aprovadas e admiradas porque são a prova de que eles não pertencem ao círculo das elites políticas tradicionais corruptas. Líderes ineptos e inexperientes, antes rejeitados, passam a ser aceitos por sua “autenticidade”. Esse é um dos pontos centrais da sua hipótese: a *autenticidade passa a ser critério de legitimidade eleitoral*. Em outros termos, a incompetência política dos *outsiders* vira a prova de “não pertencimento” à casta, e as *fakes news* tornam-se símbolo de “liberdade de espírito”. Estamos, assim, em presença de um deslocamento profundo dos critérios tradicionais da *praxis* política.

Por que vivemos esse “carnaval político”? A resposta não é apenas conjuntural, mas estrutural. As transformações tecnológicas, econômicas e sociais adubaram um novo terreno político. A tecnologia deu voz a setores historicamente silenciados. E, ao contrário do que muitos esperavam, isso não resultou necessariamente em mais democracia deliberativa e pluralista, mas, em muitos casos, em mais polarização violenta e sectária.

5. Democracia, tecnologia digital e ressentimento: notas impressionistas sobre a crise da representação política e os impasses da democracia atual

A política teve sempre como objetivo a administração da *ira social*. Como lembra o filósofo alemão Peter Sloterdijk (2016), existe sempre um “banco de ira” a ser explorado na sociedade. Nas democracias liberais clássicas, essa energia era institucionalmente canalizada fundamentalmente pelos partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais. Poderia se afirmar que não há nada de essencialmente novo: desde a Antiguidade, a política visava mitigar conflitos. Platão, Aristóteles e Políbio tinham como questão central encontrar a melhor forma de governo para manter a coesão social. (Castro, Olivieri & Lacerda, 2004, a, b e c) O Estado democrático de direito moderno -culminando em sua justificação filosófica na obra de Hegel-, foi uma resposta original a essa mesma questão.

No entanto, esse arcabouço institucional parece estar em declínio e se deslegitimando. Hoje são as mídias sociais que cumprem, principalmente, esse papel e, mais precisamente, *desinstitucionalizam* esse papel. A figura do *influenciador digital* é emblemática: pessoas comuns, guiadas por estatísticas e algoritmos, dizem o que atraindo atenção, e não o que necessariamente pensam. O conteúdo importa menos do que o engajamento. E o engajamento se dá, sobretudo, por meio do conflito, do antagonismo amigo-inimigo. As redes sociais criam bolhas e caixas de eco que retroalimentam discursos auto afirmativos radicais, sensacionalistas e de ódio.¹¹

Por um lado, este novo cenário expressa o triunfo do populismo de extrema direita atual. Com efeito, segundo a literatura clássica, os populismos, no geral, partem da ideia de um antagonismo fundamental entre dois polos: de um lado, o povo; de outro, a elite, a “casta”. O líder populista se posiciona como representante *exclusivo* do povo. A política, nessa lógica, não se resolve pelo consenso, mas pelo conflito: com

¹¹ No Brasil, a extrema direita bolsonarista desempenhou papel semelhante ao “banco de ira” que Sloterdijk descreveu. A raiva foi mobilizada por algoritmos que se legitimavam na lógica amigo-inimigo. Isso mesmo se aplica à Argentina, à Itália, aos Estados Unidos, Hungria etc. Não se trata apenas de líderes carismáticos, mas de uma estrutura que permite até que um “palhaço” -no sentido simbólico- chegue ao poder. E chegue aí justamente por encarnar o oposto da política tradicional.

o inimigo, não se dialoga, se derrota e/ou elimina. (Panizza, 2009)¹² Por outro lado, a reconfiguração da estrutura socioeconômica, impulsionada pelo capitalismo digital, produziu novas fraturas. As classes médias, sobretudo as classes médias baixas urbanas, antes beneficiadas parcialmente pela globalização, sentem-se hoje completamente ameaçadas por ela. Surge então uma extrema-direita antiglobalista, reacionária, anti-intelectual e anticientífica.

Diante dessa crise múltipla -da democracia representativa, do Estado de Direito, da estrutura econômica capitalista-, a pergunta feita pelo Lênin no início do século XX, retorna com força. O que fazer? A resposta, em parte, está em aprofundar a democracia. Não se trata apenas de preservar as formas existentes em crise, mas de transformá-las. O mecanismo da reeleição dos representantes políticos, por exemplo, fragiliza a representatividade ao favorecer oligarquias locais e a profissionalização da política.¹³ A democratização de setores do Judiciário é outra pauta urgente. Hoje, ele representa um poder essencialmente não representativo -e, ainda assim, exerce papel decisivo na política. Também é necessário enfrentar o caráter *plutocrático* das democracias contemporâneas.¹⁴ O acesso à política exige capital financeiro, simbólico e social. Famílias oligárquicas mantêm-se no poder por gerações. Isso contradiz o princípio democrático de igualdade de oportunidades.¹⁵

Outro aspecto central do debate é a transformação da economia capitalista global. A fonte do ressentimento contemporâneo não é a mesma de décadas atrás. O capitalismo globalizado conseguiu, em alguma medida, reduzir a *pobreza absoluta*, incorporando ao redor do mundo grandes massas de pobres e miseráveis ao mercado consumidor de alimentos básicos, mas, ao mesmo tempo, gerou níveis alarmantes de *desigualdade relativa*.¹⁶

Em outras palavras, temos hoje a maior produção de riqueza da história e, ao mesmo tempo, uma quantidade inédita de pessoas em situação de miséria relativa, deslocamento forçado de grandes massas da população e desesperança com a política. O *ressentimento* nasce justamente dessa contradição: as pessoas participam parcialmente do mercado, mas o sistema continuamente as lembra de sua exclusão. A desigualdade material e simbólica, exacerbada pelas tecnologias digitais e pelas redes sociais, é uma ferida cotidiana.

Parece que o capitalismo caiu em sua própria armadilha. A salvação, no século XX, veio com a invenção do marketing -a ciência da criação de necessidades. A produção em massa exigia mercados cada vez mais amplos. Quando os mercados reais se saturaram, criou-se um bombardeio psicológico de desejos artificiais. Isso produziu um fenômeno perverso: a ideologia do consumo penetrou profundamente nas classes populares. Nas periferias urbanas, a obsessão por marcas e símbolos de status social -muitas vezes inalcançáveis- gera frustração, violência e adesão a práticas ilegais. A desigualdade deixou de ser apenas material: tornou-se *existencial*.

¹² Essa forma de fazer política foi apropriada tanto pelo populismo de esquerda quanto de direita. O conteúdo muda, mas a estrutura do discurso, não. Vargas, Perón, Chávez, Nestor e Cristina Kirchner, e até o Lula, também utilizaram, em maior ou menor grau, uma lógica populista. Lula, no entanto, sempre foi mais inclinado ao consenso, talvez pela sua própria história de líder sindical e, portanto, menos confrontante do que outros líderes populistas latino-americanos de esquerda.

¹³ No Brasil, prefeitos alcançam taxas de reeleição superiores a 80%, revelando a disfunção do sistema.

¹⁴ Como compreender essa *identificação* entre uma elite econômica e as camadas excluídas da sociedade? Bernie Sanders, senador norte-americano pelo partido democrata, não hesita ao afirmar que os USA estão sendo governados por uma elite oligárquica. Os cargos-chave da administração Trump foram ocupados por amigos multimilionários e aliados em negócios particulares. Isso mesmo aconteceu, embora de forma distinta no Brasil, com a militarização maciça da máquina pública no governo Bolsonaro.

¹⁵ Vivemos um paradoxo. A democracia norte-americana, em particular, torna-se cada vez mais plutocrática. O caso de Donald Trump é emblemático: um multimilionário com trajetória pública marcada por escândalos, práticas empresariais opacas e ligações com setores mafiosos. Ainda assim, ele é legitimado pelo voto popular e, mais do que isso, por setores que estão à margem do sistema político tradicional.

¹⁶ Essa é uma questão que Aristóteles já destacava em sua teoria política: a justiça social depende da existência de uma classe média sólida, capaz de mediar entre os extremos, o que expressa a vitalidade e a fortaleza da *polis*. (Aristóteles, 2022)

A crise atual é sistêmica. Envolve o Estado, a economia, a tecnologia e as formas de representação política, mas, talvez, seja justamente por sua profundidade que a saída dependa de uma transformação igualmente estrutural. A extrema-direita cresce no vazio deixado pelas instituições formais das democracias liberais que falharam em oferecer sentido, pertencimento e reconhecimento aos seus cidadãos. É necessário reconstruir esse *laço social*. A política precisa recuperar sua função original: canalizar a ira social, mediar conflitos, organizar o dissenso. A resposta, ao que parece, passa por mais - e não menos- democracia. O que está em jogo, nesse contexto, é a própria crise da representatividade democrática. Ainda que a eliminação da reeleição e a submissão de todos os poderes à vontade popular sejam medidas desejáveis, elas não são suficientes. É necessário repensar o próprio modelo de democracia. (Olivieri, Castro, Lacerda & Boff, 2021)

Uma das propostas que emerge como resposta à crise da representação é o aprofundamento da democracia direta. Curiosamente, essa é também uma bandeira da nova extrema-direita. Os movimentos populistas de direita se apresentam, no início, como representantes de uma “verdadeira” democracia, crítica à representação tradicional da elite. A representação passa a ser identificada com a casta, com a velha política. Contudo, essa crítica à representação também existe fora da extrema-direita.¹⁷

A pergunta que se impõe, portanto, é a seguinte: como institucionalizar, no sistema político, a participação constante e responsável das pessoas? Como transformar a voz contínua das mídias sociais em mecanismos democráticos legítimos respeitando as regras básicas de uma convivência humana mais empática? Esse é um dos principais desafios contemporâneos: *criar formas institucionais que respondam à nova realidade digital*, mas também é necessário reconhecer o risco: as redes sociais operam por meio de bolhas e algoritmos que reforçam visões individualistas, polarizadas e fragmentadas.

Como adverte Da Empoli, sem romper essas bolhas, a democracia direta pode se transformar em instrumento contra si mesma. Hoje, do ponto de vista tecnológico, não há obstáculos à implementação de formas mais amplas de democracia direta, embora seja preciso também regular as tecnologias digitais. As bolhas precisam ser quebradas institucionalmente. Caso contrário, não há espaço para a construção de uma comunidade política compartilhada.

O ressentimento contemporâneo está mais fortemente enraizado nas chamadas “classes médias baixas urbanas”. Essa parcela da população não é composta pelos pobres e miseráveis, que, em muitos casos, são beneficiários de políticas públicas específicas de aumento de renda. Tampouco se identifica com as classes médias tradicionais, amparadas por políticas públicas geradas por um Estado de bem-estar social que lhe garantia uma relativa segurança existencial. Pelo contrário, são pessoas com acesso limitado a bens públicos e de consumo, sem amparo institucional tradicional, marcadas pelo endividamento, pela insegurança econômica e pela ausência de vínculos coletivos formais.

Esses sujeitos têm empregos temporários, não têm vínculos com sindicatos, não valorizam a estabilidade das relações trabalhistas formais e não confiam nas instituições políticas tradicionais. São os empreendedores precarizados, o denominado “novo precariado”: o entregador de aplicativo, o vendedor informal, o motorista por demanda etc. Para eles, tempo é dinheiro. E qualquer política que atrase

¹⁷ O Partido Pirata, na Alemanha e em países do norte da Europa, ensaiou práticas de democracia direta e participativa, baseadas em plataformas digitais.

sua produtividade imediata é vista como inimiga. É sobretudo nesse grupo que a extrema-direita cresce, oferecendo discursos de autoafirmação individual, mérito pessoal, empreendedorismo individual e rejeição ao Estado.

Neste contexto, por que não emergem alternativas de centro? A lógica populista, com sua estrutura amigo-inimigo, captura hegemonicamente todo o espectro político e dificulta o surgimento de lideranças moderadas. Como aponta Da Empoli, é fundamental compreender o funcionamento das tecnologias de informação no debate político atual e na criação de bolhas de ressentimento que legitimam os extremos.

6. Considerações finais

A técnica, como já afirmava Heidegger, não é apenas um instrumento: ela tem uma *destinação* própria. A técnica molda o modo de ser contemporâneo. O *cálculo* estatístico, base dos algoritmos, substitui o debate, e a opinião superficial e sem fundamento -a *doxa*- substitui o debate argumentativo racional -o *logos*. A política se reduz à análise de engajamento. O público deixa de ser um coletivo deliberativo para se tornar uma soma de perfis segmentados. Em suma, os *big data* estruturam uma sociedade de indivíduos isolados e raivosos, cada qual vivendo em sua própria realidade identitária do mesmo, e isso erode a construção de uma esfera pública comum plural e democrática.

Contraria à lógica pública construída no Iluminismo e consolidada, como analisou Habermas, ao longo do projeto inconcluso da modernidade, há um vetor profundo da tecnologia da informação que intensifica a individuação anômica. A esfera pública é hoje pulverizada, fraturada em micro espaços incommensuráveis e incommunicáveis de validação afetiva instantânea pela própria (única) câmara de eco.

No entanto, paradoxalmente, há um avanço democrático na medida que cada vez mais pessoas têm voz. Mas essa democratização da palavra não se traduziu necessariamente em avanço do espírito republicano. O sistema político, baseado em formas institucionais herdadas do século XVIII, está defasado. Precisamos, talvez, de um novo Montesquieu. O desafio contemporâneo é duplo: superar a crise da representação e integrar a nova estrutura tecnológica e econômica à democracia. Isso exige criatividade política, inovação institucional e coragem teórica da filosofia e das ciências sociais.

7. Referências

- ARISTÓTES. *Política*. RJ: ed. Vozes, 2022.
- BAUMAN, Zigmunt. *Retrotopia*. RJ: Zahar editora, 2017.
- BURNET, John. *A aurora da filosofia grega*. RJ: editora PUC-Contraponto, 2007.
- CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança. Movimentos sociais na era da internet*. RJ: Zahar editora, 2017.
- CASTRO, Gustavo, OLIVIERI, Alejandro & LACERDA, Lourivânia. A Teoria Política Platônica. *Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social*, v. 12, 2024a.
- CASTRO, Gustavo, OLIVIERI, Alejandro & LACERDA, Lourivânia. A Teoria das Formas de Governo em Políbio. *Revista Processus de Estudos de Gestão, jurídicos e Financeiros*: v. 15 n. 48, 2024b
- CASTRO, Gustavo, OLIVIERI, Alejandro & LACERDA, Lourivânia. A Teoria Política Aristotélica, *Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros*: v. 15 n. 49, 2024c.
- COUTINHO, João Pereira. *As ideias conservadoras. Explicadas a revolucionários e reacionários*. SP: editora Três Estrelas, 2014.
- COUTINHO, João Pereira, PONDE, Luiz Felipe e ROSENFELD, Denis. *Por que virei à direita. Três intelectuais explicam sua opção pelo conservadorismo*. SP: ed. Três Estrelas, 2012.
- DA EMPOLI, Giuliano. *Os engenheiros do caos*. SP: editora Vestígio, 2024.
- OLIVIERI, Alejandro, CASTRO, Gustavo, LACERDA, Lourivânia & PALMA, Rodrigo. O porquê de se filosofar em tempos de pandemia. *Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social*. Ano II, Vol. 2, n 4 (jun.-dez.) 2020a.
- OLIVIERI, Alejandro e CASTRO, Gustavo. Revoltas populares: entre a pandemia e o racismo. *Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social*. Ano II, Vol. 2, n 3 (jan./jun.) 2020a.
- OLIVIERI, Alejandro e CASTRO, Gustavo, LACERDA, Lourivânia & BOFF, Sirlei. O capitalismo da vigilância no mundo pós-pandêmico e o direito à privacidade. *Revista Processus de Políticas Públicas e Desenvolvimento Social*. Ano III, Vol. III, n 6 (jul.-dez) 2021.
- PANIZZA, Francisco (organizador). *El populismo como espejo de la democracia*. Buenos Aires, 2009.
- PLATÃO. *Apologia de Sócrates/Crítion*. Brasília: editora da UnB, 1997.
- POPPER, Karl. *A sociedade aberta e seus inimigos*. Vol. 1 e 2. Lisboa: edições 70, 2012.
- SLOTERDIJT, Peter. *Ira e tempo. Ensaio político-psicológico*. SP: editora Estação Liberdade, 2012.